

# Programa quer proteção para servidoras em situação de violência

Concede benefícios de licença e abono às empregadas públicas vítimas de agressões

O vereador Gustavo Petta (PCdoB-SP) protocolou um Projeto de Lei Complementar na Câmara Municipal de Campinas que institui o Programa Proteja Servidora, para conceder benefícios de licença e abono de servidoras e empregadas públicas da Prefeitura de Campinas em situação de violência doméstica, familiar e contra a mulher.

De acordo com o documento, a proposta visa contribuir para fortalecer a rede de proteção institucional, permitindo que a servidora ou empregada pública possa escolher o local de trabalho que lhe proporcione maior segurança e estabilidade emocional.

Segundo o vereador, o programa representa um avanço na proteção das servidoras e empregadas públicas municipais que se encontram em situação de violência doméstica, especialmente aquelas que possuem medida protetiva contra o agressor.

“O número de feminicídios no Brasil tem apresentado crescimento preocupante, com recordes recentes de registros desse tipo de crime, conforme dados divulgados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública alerta que o feminicídio é um crime evitável, o que impõe ao Estado o dever de atuar de forma efetiva na elaboração e implementação de políticas públicas voltadas à prevenção, proteção e acolhimento de mulheres em situação de violência”, afirma Petta.



Proposta permite que a funcionária pública possa escolher o local de trabalho

## Feminicídio

Consiste no assassinato de mulheres motivado pelo gênero, envolvendo violência doméstica, familiar ou menosprezo à condição feminina. É a etapa final de um ciclo de abusos e controle físico e/ ou psicológico. A lei brasileira qualifica o ato como crime hediondo, prevendo punições rigorosas para combater esse tipo de violência.

## Dentro da casa

Uma mulher de 48 anos foi morta dentro da própria casa em

fevereiro em Campinas. Trata-se de Rita de Cássia da Silva Coura cujo corpo foi encontrado dentro do imóvel na Rua da Cooperativa, no Jardim Campos Elíseos. O companheiro de Rita, com quem ela mantinha um relacionamento há cerca de 30 anos, foi preso em flagrante no local como principal suspeito do crime. A ocorrência foi registrada após o próprio suspeito relatar a uma vizinha que a mulher estava morta, solicitando que o Samu fosse acionado para constatar a morte. Testemunhas relataram às autoridades que o

homem havia agredido Rita no dia anterior ao assassinato.

Vestígios de sangue foram encontrados em um sofá na garagem da casa, que pertencia aos pais da vítima. Familiares relataram que o casal vivia uma rotina marcada por violência doméstica e dependência química, e que o companheiro apresentava comportamento agressivo - situação que havia se agravado nos últimos anos. Rita chegou a buscar auxílio em uma casa de apoio para mulheres vítimas de violência e solicitou medidas protetivas de

urgência em ocasiões anteriores, mas acabava reatando o convívio.

O suspeito admitiu aos guardas municipais ter consumido entorpecentes antes do ocorrido, mas não forneceu detalhes sobre a morte. O caso foi encaminhado para a 2ª Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de Campinas, onde foi formalizado como feminicídio.

## Integração pública

Uma operação integrada, realizada em fevereiro, coordenada pela Polícia Civil de Artur Nogueira, com apoio da Guarda Municipal de Artur Nogueira e da Guarda Municipal de Campinas, resultou na prisão do irmão do suspeito de um feminicídio ocorrido no dia 30 de janeiro, em Artur Nogueira.

De acordo com as investigações conduzidas pela Polícia Civil, o homem preso é suspeito de ter auxiliado na fuga do investigado logo após a prática do crime. As equipes das forças de segurança cumpriram diligências em cinco endereços em Campinas. Durante a operação, também foram apreendidos aparelhos celulares de familiares do suspeito, para auxiliar no avanço das investigações. A operação foi um trabalho do Centro de Inteligência Metropolitana, integrando as forças de segurança da região e possibilitando a troca de informações entre os agentes dos municípios na investigação deste caso.

## Abertura dos envelopes do hospital será em 3 de junho

Da Redação

A abertura dos envelopes das empresas interessadas em construir o Hospital Metropolitano de Campinas está marcada para às 10h de 3 de junho e será realizada pela internet. O prazo para a execução das obras é de 36 meses, contados a partir da ordem de início dos serviços. O contrato terá vigência total de 42 meses, com possibilidade de prorrogação - caso a obra não seja concluída dentro do prazo, desde que haja justificativa aceita pela administração estadual.

O edital foi publicado na última sexta-feira (10) no Diário Oficial paulista. A licitação foi aberta pela Secretaria de Estado da Saúde e uti-

liza o critério do menor preço, com teto de gastos de R\$ 553,7 milhões. Apesar do projeto ser de grande porte, microempresas podem participar.

A execução do empreendimento exige que a empresa vencedora apresente garantia contratual correspondente a 5% do valor inicial, mediante caução em dinheiro, ou fiança bancária, ou seguro-garantia, para assegurar o pagamento de multas e a reparação de prejuízos e o cumprimento de obrigações. O escopo contratual compreende a totalidade das fases construtivas entre a fundação e a entrega do edifício operacional. Direciona R\$ 163 milhões para a estrutura hospitalar, R\$ 67 milhões para instalações elétricas



Governo de SP

Projeto da unidade hospitalar a ser construído em Campinas

## Onde será

O hospital será construído em um terreno doado pela Prefeitura. A doação foi aprovada na 72ª Reunião Ordinária da

e eletrônicas, e R\$ 33 milhões para revestimentos, além de prever aportes para climatização, instalações hidráulicas, elementos divisórios, pintura, pavimentação e equipamentos hospitalares.

As propostas comerciais devem consolidar custos de administração, transportes, seguros, taxas, impostos, encargos trabalhistas

e previdenciários sob regime de preços fixos nos primeiros 12 meses, com previsão de reajuste anual posterior baseado na variação do índice FIPE Geral de Edificações - que mensura custos de construção civil por metro quadrado; o índice serve para avaliar benfeitorias, seguros e tributos, considerando materiais, mão de obra e encargos.

Câmara, em novembro do ano passado.

A área conta com 34.824,83 m<sup>2</sup> (cerca de 3,5 hectares) no entorno da Avenida Prefeito Faria Lima e da Rua Pastor Cícero Canuto de Lima, no Parque Itália, nas proximidades do Complexo Hospitalar Dr. Mário Gatti, na zona sul do município.